O GLOBO
Publicado em 13/01/2023 - 05:57

PF apreende na casa de ex-ministro da Justiça minuta de intervenção no TSE

PDF DO GOLPE

Polícia encontra minuta que previa intervenção no TSE na casa de ex-ministro de Bolsonaro

AGUIRRE TALENTO, BRUNO ABBUD E FERNANDA TRISOTTO
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Com a prisão decretada sob suspeita de ter sabotado o planejamento de segurança em Brasília no último domingo, propiciando as invasões golpistas na Praça dos Três Poderes, o ex-ministro da Justiça Anderson Torres mantinha em sua casa o esboço de um decreto a ser assinado pelo então presidente Jair Bolsonaro para fazer uma intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele teria poderes de suspender direitos de ministro da Corte e de instalar uma comissão para revisar o resultado da eleição da qual saiu derrotado.

O documento determinava a implementação do "estado de Defesa" na Corte para uma suposta preservação da "lisura e correção do processo eleitoral presidencial do ano de 2022". O decreto, impresso em três páginas, foi encontrado anteontem, quando a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na residência de Torres por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A existência do esboço foi noticiada primeiramente pelo jornal "Folha de S.Paulo", e confirmada pelo GLOBO.

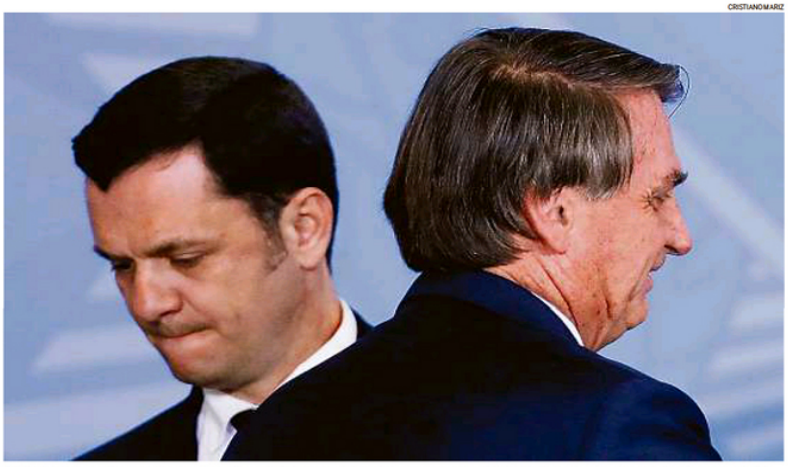
O texto da proposta previa a suspensão do "sigilo de correspondência e de comunicação telemática e telefônica dos membros do Tribunal do Superior Eleitoral".

Havia ainda a previsão da criação de uma "Comissão de Regularidade Eleitoral", que teria a atribuição de comandar uma investigação para supostamente encontrar irregularidade do processo eleitoral. A comissão seria composta por 17 membros, dos quais quase a metade (oito) seriam indicados pelo Ministério da Defesa, incluindo a presidência do órgão. Os demais nove membros seriam originários do Ministério Público Federal (dois), da Polícia Federal (dois), do Senado, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, da Advocacia-Geral da União e da Controladoria-Geral da União.

Não é possível ter certeza de quando foi escrito o texto, mas a minuta cita que o estado de defesa estaria em vigor "durante o período que compreende o processo eleitoral até a diplomação do presidente e vice-presidente eleitos, ocorrida no dia 12.12.2022".

O documento vai ao encontro do discurso proferido por Jair Bolsonaro ao longo dos seus quatro anos de governo. Enquanto esteve na Presidência da República, ele deu sinais de que estaria disposto a não aceitar uma derrota na eleição. Durante o seu mandato, Bolsonaro fez reiterados ataques aos ministros do Judiciário e, sem jamais apresentar provas, por diversas vezes questionou a segurança das urnas eletrônicas, que se mostraram invioláveis desde que foram implementadas em 1996.

CRISTIANO MARIZ



Próximos. Anderson Torres era homem de confiança de Bolsonaro, e foi escalado para comandar o Ministério da Justiça. Depois, assumiu a Segurança do DF

TRECHOS DA MINUTA

Decreto previa intervenção no TSE e até suspender sigilos de ministros da Corte

Art. 1º Fica decretado (...) o Estado de Defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de garantir a preservação ou o pronto restabelecimento da lisura e correção do processo eleitoral presidencial do ano de 2022, no que pertine à sua conformidade e legalidade, as quais, uma vez descumpridas ou não observadas, representam grave ameaça à ordem pública e a paz social.

Na vigência do Estado de Defesa ficam suspensos os seguintes direitos:

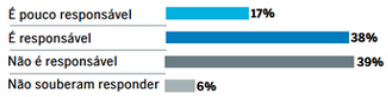
I - sigilo de correspondência e de comunicação telemática e telefônica dos membros do Tribunal do Superior Eleitoral, durante o período que compreende o processo eleitoral até a diplomação do presidente e vice-presidente eleitos, ocorrida no dia 12.12.2022.

Editoria de Arte

BOLSONARO E O VANDALISMO

Pesquisa Datafolha sobre responsabilidade do ex-presidente pelos atos

Bolsonaro teve responsabilidade?



A pesquisa foi feita entre terça (10) e quarta-feira (11), com 1.214 entrevistados pelo país. As entrevistas foram feitas por telefone, com ligações feitas para aparelhos celulares. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

Fonte: Datafolha

Editoria de Arte

INVESTIGAÇÃO NO SUPREMO

A operação em que a Polícia Federal encontrou a minuta do decreto se deu por meio do inquérito que tramita no STF. Ele foi aberto por Alexandre de Moraes para investigar a possível omissão de autoridades que deveriam ter agido para impedir as invasões ao Congresso, Palácio do Planalto e Supremo no último domingo. Até aquele dia, Torres era o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, cargo que assumiu logo após deixar o governo federal. Ele foi exonerado por conta das investidas violentas. Diante das evidências de que Torres teria se omitido de suas responsabilidades, Moraes também determinou a prisão do ex-secretário, que está passando férias nos Estados Unidos.

A PF esteve no endereço dele, num condomínio em Brasília, o mesmo onde Bolsonaro deverá morar. Os agentes saíram do local com um notebook, mídias e um pendrive, além do papel impresso com a minuta do decreto. Todo o material está sendo analisado pelos investigadores.

Especialistas ouvidos pela reportagem afirmam que o estado de defesa é um instrumento legal à disposição do chefe do Executivo. Alertam, porém, que não pode ser decretado sobre um órgão da República, como o TSE, somente sobre uma determinada região ou localidade.

O professor de Direito Constitucional Georges Abboud esclarece que o presidente precisa consultar Conselho da República e Conselho da Defesa Nacional antes de lançar mão do recurso. Além disso, o texto precisa ser submetido ao Congresso em até 24 horas. Ele diz que a função de um decreto de defesa é restabelecer a estabilidade institucional em situações muito graves e particulares. Cita como exemplos casos de catástrofe natural, greves de policias ou atos de terrorismo em alguma localidade.

— A decretação não teria fundamento legal algum e só poderia ser interpretado como retórica golpista.

O jurista Luiz Fernando Pereira, coordenador geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, foi categórico:

— Não existe estado de defesa em uma instituição, isso seria uma excrescência.

PESQUISA DATAFOLHA

Um outro episódio pode gerar problemas a Bolsonaro. Um grupo de 79 integrantes do Ministério Público Federal solicitou ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que peça ao STF a abertura de um inquérito para investigar uma publicação do feita pelo ex-presidente nas redes sociais já depois dos atos golpistas de domingo. Na noite de terça-feira, ele compartilhou em suas redes sociais um vídeo que questiona a vitória de Lula e ataca o Judiciário.

As investidas violentas de domingo atingiram a imagem do ex-presidente, de acordo com pesquisa divulgada pelo Datafolha. Na avaliação de 55% dos entrevistados, Bolsonaro influenciou de alguma forma os ataques em Brasília. Esse percentual reúne pessoas que veem muita responsabilidade sua nos atos (38%), e as que acreditam que ele teve pouca responsabilidade (17%). Já 39% ouvidos o eximem de qualquer de responsabilidade sobre o ocorrido.

Documento estava em pilha de descarte, diz Torres

Ex-ministro afirma que rascunho de decreto foi 'vazado fora de contexto', o que ajuda 'a alimentar narrativas falaciosas'

JUSSARA SOARES E AGUIRRE TALENTO
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ex-ministro da Justiça Anderson Torres afirmou ontem, por meio de uma postagem em seu perfil nas redes sociais, que o rascunho de decreto presidencial encontrado pela Polícia Federal em sua residência foi vazado "fora de contexto", o que ajuda a "alimentar narrativas falaciosas". Segundo Torres, tratava-se de um documento "para descarte".

"No cargo de Ministro da Justiça, nos deparamos com audiências, sugestões e propostas dos mais diversos tipos. Cabe a quem ocupa tal posição, o discernimento de entender o que efetivamente contribui para o Brasil. Havia em minha casa uma pilha de documentos para descarte, onde muito provavelmente o material descrito na reportagem foi encontrado. Tudo seria levado para ser triturado oportunamente no MJSP", escreveu.

O ex-ministro ressaltou também que respeita a democracia:

"O citado documento foi apanhado quando eu não estava lá e vazado fora de contexto, ajudando a alimentar narrativas falaciosas contra mim. Fomos o primeiro ministério a entregar os relatórios de gestão para a transição. Respeito a democracia brasileira. Tenho minha consciência tranquila quanto à minha atuação como Ministro".

Anderson Torres iniciou ontem o seu deslocamento de volta ao Brasil, onde será preso assim que desembarcar, segundo informações do colunista do GLOBO Lauro Jardim. O ex-ministro da Justiça, que está de férias na Flórida, nos EUA, não comprou o seu bilhete de retorno em um dos voos da rota Orlando-São Paulo ou Orlando-Brasília e preferiu voltar a partir de um aeroporto menos visado. Torres deixou Orlando de carro em direção a outra cidade dos EUA. De lá, pegará um avião para o Brasil. A previsão é que o ex-ministro pouse no país no fim de semana.

DEFESA REFORÇADA

Anderson Torres foi exonerado do posto ainda no domingo pelo agora governador afastado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. Horas após ter sua prisão decretada, o ex-ministro anunciou que retornaria ao Brasil para se apresentar à Justiça. O ex-secretário do DF contratou para sua defesa o advogado Rodrigo Roca, que representou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no caso das "rachadinhas". No ano passado, Roca foi nomeado secretário nacional de Defesa do Consumidor, órgão vinculado ao Ministério da Justiça — o advogado era, portanto, subordinado a Torres. Além do defensor Roca, Torres contará com o apoio jurídico do ex-senador Demóstenes Torres, que é procurador de Justiça aposentado.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.